

O Brasil deve descriminalizar o aborto?

Sim: argumenta a antropóloga Debora Diniz

Ações no Supremo Tribunal Federal reacendem o debate: o Estado deve limitar o direito da mulher de interromper uma gestação?

(Época, 31/05/2017 - [acesse no site de origem](#))



SIM

Debora Diniz

Antropóloga, pesquisadora da Anis, Instituto de Bioética, atualmente na Universidade Yale



NÃO

Dalton Ramos

Professor de bioética na Universidade de São Paulo e ex-membro da Pontifícia Academia Pro Vita, do Vaticano

O aborto é tema de um debate feroz e perene na sociedade – ele se encontra na confluência de outras áreas em mudança veloz e que geram embates quentíssimos: direitos da mulher, comportamento sexual e serviços de saúde. Apesar disso, a legislação sobre aborto no Brasil pouco mudou ao longo das décadas. A interrupção da gravidez já era considerada crime no período imperial (sem punição se praticado pela gestante). Em 1940, o Código Penal oficializou o aborto como crime contra a vida e fixou penas: até três anos de prisão para as mulheres. A interrupção só era autorizada se a gestação oferecesse risco de morte para a mãe ou resultasse de estupro. Apenas em 2012 uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o aborto em casos em que o feto tivesse malformações graves no cérebro e no crânio, incompatíveis com a vida. A epidemia do vírus zika e milhares de bebês nascidos com lesões cerebrais graves reabriram o debate. Desde agosto de 2016, tramita no STF uma ação que propõe incluir a infecção pelo zika como uma das situações de exceção que autorizam o aborto. Não é a única. Em março, o Psol protocolou uma ação em que pede a ampliação do direito ao aborto para qualquer mulher até a 12ª semana de gestação. O pedido obrigará os Três Poderes a se posicionar.

[>> Mais reportagens da série “Precisamos falar sobre”](#)

Mudanças significativas podem acontecer. Em novembro, durante o julgamento de um pedido de *habeas corpus* de réus acusados de manter uma clínica clandestina de aborto, a primeira turma do STF considerou que eles não deveriam continuar presos por não haver os requisitos que autorizam a prisão preventiva – além de afirmar que a criminalização do aborto até as 12 semanas feria direitos fundamentais, como os sexuais e reprodutivos. A decisão não alterou o status jurídico do aborto, mas foi considerada indicativa de que o STF está aberto a questionar a atuação do Estado brasileiro no tema. Já no Congresso, há sinais de que parlamentares podem incluir na Constituição uma definição de início da vida mais específica. Em maio, o senador Eduardo Amorim (PSDB/SE) deu parecer favorável para o avanço no Senado da Proposta de Emenda Constitucional que define o início da vida a partir da fecundação do óvulo pelo espermatozoide. Se aprovada, a nova definição pode alterar políticas de direitos reprodutivos, como o acesso a alguns métodos contraceptivos, além de dificultar a descriminalização do aborto.

“O papel do Estado é garantir as condições para a vida digna. Isso significa proteger as mulheres em suas decisões de aborto”, afirma a antropóloga Debora Diniz, atualmente pesquisadora da Universidade Yale, nos Estados Unidos, e uma articuladora veterana em favor da descriminalização. A posição pró-escolha feminina enfrenta, na sociedade e no governo, a oposição de grupos contrários à descriminalização, especialmente ligados a algumas crenças religiosas. “A solução não passa pelo aborto, mas por enfrentar as situações que levam a ele”, diz o professor de bioética Dalton Ramos, da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, ex-membro da Pontifícia Academia Pro Vita, entidade que assessorava o Vaticano em temas de bioética.

ÉPOCA - O debate sobre como delimitar o início da vida é um grande entrave à discussão entre grupos que defendem e que contestam a descriminalização do aborto. Ele é fundamental à discussão?

Dalton Ramos - As questões religiosas se colocam, mas dizem respeito especificamente aos crentes. A biologia firma a minha convicção de que a vida começa a partir do exato momento da fecundação. Pela junção de dois gametas, temos uma realidade biológica que é totalmente diferente do pai e da mãe com autonomia em uma série de processos de seu desenvolvimento. A embriologia confere terminologias distintas para as etapas do desenvolvimento. A título do nosso diálogo, vou chamá-lo de embrião. Não podemos reduzi-lo a um aglomerado de células para esvaziar o impacto da interrupção. Se não há vida no embrião, então o aborto é um procedimento que você pode fazer, mas que o Estado impede porque existe uma lei que diz que é crime. Se reconhecemos que a vida começa na fecundação, o aborto é uma interrupção de vida. E não é um direito das pessoas de acabar com uma vida.

Debora Diniz - Não tenho nenhum reparo ao marco interpretativo feito pelo Dalton. Minha inquietação é: por que esse marco define colocar uma mulher na cadeia? Temos vida em diferentes expressões das células humanas, e não só no embrião, para que isso seja suficiente para criminalizar condutas. Não descreveria o embrião como um aglomerado de células, mas também não usaria adjetivos como complexo. Há complexidade no DNA de um fio de cabelo. Quero concordar com você que as mulheres vivem essa experiência da gravidez muitas vezes com felicidade. Mas há casos em que não. Aos 40 anos, uma em cada cinco mulheres já fez pelo menos um aborto no Brasil, segundo uma pesquisa que publicamos em 2010, a pedido do Ministério da Saúde. Há momentos na vida da mulher, seja pelo aborto espontâneo, por uma gravidez não planejada, por violência sexual, em que ela viveu essa condição biológica e seu significado com um impacto diferente. Não quero ver essas mulheres morrendo, sentindo medo. Quero cuidar delas, e uma forma de cuidar é retirar a criminalização.

ÉPOCA - O aborto é polêmico se considerado como um conflito entre a autonomia da mulher e a do embrião. Para chegar a um diálogo entre grupos contra e a favor, é possível colocar a discussão em outros termos?

Ramos - Temos de cuidar, como a Debora muito bem colocou. Isso implica políticas públicas e ações comunitárias que apoiem as mulheres em situações de violência ou de um diagnóstico de malformação. Despenalizar simploriamente significa endossar o aborto como um ato válido. É muito importante investir em ações que valorizem as pessoas. Com certeza, o aborto ficará em segundo plano. Todas as mulheres são culpadas por causa de um aborto? Não, não são culpadas. Existe um contexto que muitas vezes as leva a ações de que também são vítimas.

Diniz - O Dalton e eu concordamos que temos um quadro de necessidades de saúde e de vida. São demandas por cuidados, dos quais o aborto é uma parte. Uma mulher que demanda o aborto tem uma série de necessidades que não foram satisfeitas para uma vida digna. Seja acesso à informação, a métodos contraceptivos, a presença - ou não - de um companheiro. Muitas vezes essa decisão é feita em conjunto. Jamais defenderei a banalização do aborto. Mas ele é parte das necessidades para as mulheres terem uma vida digna.

Descriminalizar o aborto é permitir sua redução. Permite conhecer as necessidades da mulher que recorre a ele”

DEBORA DINIZ

ÉPOCA - Qual seria o impacto de descriminalizar o aborto?

Diniz - Descriminalizar o aborto é permitir sua redução, como sugerem estudos de saúde pública em países que já o fizeram. Permite chegar às necessidades de vida da mulher que recorre a ele. Quando há criminalização e a mulher tem medo de ser denunciada à polícia, o que hoje acontece no Brasil, ela não fala a verdade quando entra no hospital. Os motivos que a levaram ao aborto são mantidos em segredo, no medo e no estigma.

Ramos - A solução não passa pelo aborto, mas por enfrentar as situações que levam a ele. O aborto não resolve a questão da jovem, quase adolescente, que engravidou, não resolverá a violência hedionda do estupro. Pelo que acompanhei nestes anos, cresce para mim uma convicção - o aborto causa um mal. Ser ajudado e vencer essa primeira intenção a favor do aborto traz um bem. As pessoas crescem e podem dizer que vivem felizes. Não necessariamente de uma forma fácil, porque a vida nem sempre tem circunstâncias fáceis. Mas são felizes porque encontraram os significados.

ÉPOCA - O aborto inseguro no Brasil é um problema de saúde ou de renda?

Diniz - A criminalização favorece um mercado que não tem vigilância sanitária, não garante necessidades de proteção de saúde e pode levar mulheres à morte. Não digo que, por causa da desigualdade, a dor da criminalização é vivida apenas pelas mulheres pobres. Ela é vivida por todas. Só que os riscos são vividos de maneiras diferentes - quanto mais pobre, mais vulnerável. Há mulheres brancas e ricas, talvez minhas alunas na Universidade de Brasília, que talvez peguem um avião para fazer um aborto. Elas não enfrentarão o dilema do crime. Esses dias eu ouvi a história que mais me tocou nestes 20 anos de pesquisa. Uma mulher de 20 e poucos anos injetou uma solução cáustica no útero. Ela não só perdeu o útero, como perdeu parte das extremidades dos membros, mãos e pés. Essa mulher não sabia das consequências de injetar uma solução cáustica. Mas sabia que, já tendo filhos, não podia ter mais um. Podemos assumir a agenda integral de cuidados, políticas públicas e ações comunitárias sugeridas pelo Dalton. Não conseguiremos fazer a revolução para garantir que as condições ótimas estejam presentes na vida de cada mulher no instante da decisão. Há momentos na vida

de uma mulher e de seu companheiro ou de uma mulher sozinha em que ela diz “não posso”, “não quero”, “não consigo”. A descriminalização permitirá que as mulheres vivam a seu modo o impacto de decidir pelo aborto, mas sem medo de morrer nem de praticar um crime.

Ramos - A atitude dessa mulher que usou uma substância cáustica é causada por muito desespero. Não sei se a eventualidade de uma lei que descriminalize o aborto resolveria questões como essa e das clínicas que fazem não aborto, e sim carnificina. É muito bonito dizer que depois o Sistema Único de Saúde [SUS] dará assistência a todas as mulheres que precisem. Temos de considerar também a precariedade dos serviços públicos de saúde. O SUS também deveria cuidar de febre amarela, câncer...

A solução não é o aborto, e sim enfrentar as questões que levam a ele. Precisamos de políticas públicas que valorizem as pessoas”

DALTON RAMOS

ÉPOCA - Em novembro de 2016, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sinalizou não considerar o aborto como crime até o terceiro mês. A decisão revogava a prisão preventiva de pessoas que trabalhavam numa clínica de aborto clandestina. Uma dessas pessoas estava envolvida, em outro caso, no aborto inseguro de uma jovem de 27 anos que morreu e cujo corpo foi carbonizado. O que essa decisão diz sobre o estágio atual do debate do aborto no Brasil?

Diniz - A decisão do STF não foi sobre aborto, e sim sobre prisão preventiva, uma discussão importante no sistema penal brasileiro. As pessoas ficam presas sem o devido processo legal. Só que um ministro, durante o julgamento, disse que também havia um tema de fundo, o aborto, e que também cabia a discussão se era crime ou não. Foi um giro sobre várias camadas de questões punitivas, impostas pelo Estado brasileiro. No final, o resultado é meio torto. O que o Supremo fez sobre aborto ali foi nada. Não se descriminalizou o aborto, não se fez discussão sobre nada.

Ramos - Minha preocupação é que, em termos de opinião pública, repercutiu como sendo uma decisão do Supremo reconhecendo que a vida começa só a partir do terceiro mês e que o aborto seria permitido. Vai se criando imagens sobre o entendimento do Judiciário a respeito do aborto que podem não corresponder à própria intenção do Judiciário. Eu lamento.

ÉPOCA - Uma ação ajuizada no STF, questionando a constitucionalidade da criminalização do aborto, obriga os Três Poderes a se manifestar. O Executivo disse que o Legislativo tem de debater a questão. O Legislativo diz considerar o atual marco legal adequado e que o STF não deve invadir sua competência. Falta a posição do Judiciário. Como o Estado deveria se posicionar?

Ramos - Ficaria muito preocupado com uma decisão, qualquer que fosse, de gabinete. Fiquei satisfeito por o Planalto ter dito que não seria ele a entrar no mérito porque, de fato, é um debate que tem de ser da sociedade. Se essa ação tiver um encaminhamento legislativo, me preocupa. Como também me preocupa o cenário desse Legislativo, neste momento histórico que estamos vivendo, embora saibamos que há políticos honestos.

Diniz - O papel do Estado é garantir as condições para a vida digna das mulheres. Isso significa falar abertamente de sexualidade, de planejamento familiar, de oferecer alternativas ao aborto e de, sim, proteger as mulheres em suas decisões de aborto. Mesmo com tudo isso, haverá mulheres que dirão “não quero”, “não posso”, “não consigo”. Não podemos deixá-las desamparadas.

Evento debate desafios para ampliar a representação política parlamentar das mulheres

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 15/04/2015) Promovido pelo Instituto Patrícia Galvão e a ONU Mulheres, com apoio da Fundação Ford, o [Painel Pequim+20: Mais Mulheres na Política](#) discutiu nesta terça-feira (14) em Brasília uma série de ações de incidência no debate sobre a reforma política a fim de assegurar maior representação política parlamentar das mulheres. Durante o evento, que teve três sessões de debate, foram discutidos os dados da pesquisa [“Mais Mulheres na Política”](#), realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com o [Ibope](#), em 2013. Também foi destaque no evento a presença da cientista política e professora emérita da Universidade da Califórnia (UCLA) Carole Pateman.

Eventos Pequim+20

A atividade foi a primeira de uma série de três painéis temáticos - haverá outro sobre violência contra as mulheres e um sobre direito ao trabalho - que acontecerão neste primeiro semestre. O ciclo conta com o apoio da Fundação Ford, Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa). Na edição sobre a participação política feminina também apoiaram a iniciativa o Instituto do Legislativo Brasileiro (Interlegis) e a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal.

Já na abertura do evento, a representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, ressaltou que as Nações Unidas colocaram como meta na última reunião da Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW), ocorrida em março deste ano em Nova York, a paridade na representação política de gênero em 2030. A plataforma denominada [“Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”](#) aborda os principais desafios para a conquista efetiva da equidade entre homens e mulheres no mundo. “O mundo não pode aceitar que metade da sua população tenha menos oportunidades que a outra”, frisou Nadine.

[table id=6 /]

O debate no parlamento



Senadora Vanessa Grazziotin apresenta posicionamento da Bancada Feminina no Congresso Nacional sobre a reforma política. (Crédito: Facebook da Procuradoria da Mulher no Senado)

A procuradora da mulher no Senado Federal, Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), ressaltou que a proposta encampada pela Bancada Feminina no Congresso foi o caminho possível para garantir a unidade das parlamentares, tendo em vista que os 17 partidos com representação de mulheres no Congresso Nacional têm posições distintas sobre o processo e o conteúdo dos debates acerca da reforma política. “A cota de cadeiras cabe em qualquer sistema eleitoral. E já está demonstrada a pouca efetividade da cota atual (de candidaturas). Não adianta ter cota de candidaturas se os partidos não dão apoio às mulheres”.

A [PEC 23/2015](#), apresentada por Grazziotin, aponta a exigência de que 30% das cadeiras nos parlamentos nacionais sejam ocupadas por mulheres já a partir das eleições de 2016 – para tanto é necessário que a proposição seja aprovada até 30 de setembro deste ano. Daí, progressivamente, a cada eleição seriam acrescentados 5 pontos percentuais à cota de mulheres até que seja atingida a paridade na composição das casas legislativas. Em conjunto com essa proposição, a Bancada Feminina defende também a aprovação da proposta de emenda constitucional apresentada pela senadora Marta Suplicy (PT/SP) ([PEC 24/2015](#)), que destina uma vaga para cada gênero quando da renovação de dois terços do Senado.

A deputada Érika Kokay (PT/DF) lembrou que, com o regime eleitoral em vigor, o poder econômico determina as eleições, excluindo as mulheres e colocando em risco a democracia representativa. “As mulheres estão compondo as nominatas para eleger os homens, pois os partidos as excluem da estrutura, do poder econômico e da TV”. A deputada também ressaltou que “só ser mulher não basta, é preciso ter identificação com o que significa a igualdade de gênero, que a libertação das mulheres é condição para uma cultura de paz”. E frisou que a sobrecarga enfrentada pelas mulheres com as tarefas domésticas e a desumanização cotidiana que 52% da população sofre, e que favorece a violência, também são produtos do contexto social sexista em que vivemos.

A necessidade de envolver a sociedade civil

A jornalista Tereza Cruvinel lembrou que apenas após a Constituinte de 1988 o Congresso Nacional atingiu o número de 26 mulheres parlamentares, e que demorou 25 anos para esse número dobrar. Tereza problematizou a possibilidade de a cota de lista levar ao questionamento da representatividade das eleitas, mas concordou com a deputada Érika Kokay que o atual sistema de eleição proporcional já instituiu a eleição de pessoas que têm menos votos que outras, sem nenhum questionamento social. Cruvinel ressaltou, no entanto, que “na Constituinte, todas as vitórias foram possíveis porque o povo brasileiro estava aqui (nas cotidianas mobilizações dentro do Congresso). Se não formos capazes de transformar essa indignação difusa e muitas vezes equivocada que vemos nas ruas em pressão, não vamos avançar”. A jornalista lembrou ainda que “o sistema de mídia reproduz muito da mitologia e da ideologia machista, e dá pouquíssimo espaço às questões de gênero”.

A importância das políticas públicas



Mesa ‘Partidos e Mulheres na Política - Barreiras à entrada e permanência nos espaços de poder nos partidos’

O pesquisadora Luiz Felipe Miguel, coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades da UnB, frisou que “a incapacidade da política brasileira em dar passos à frente deve-se em grande medida às estruturas partidárias muito oligarquizadas e masculinizadas que temos”. O pesquisador disse ainda que são importantes as demandas pela redução do número total de candidaturas apresentadas pelos partidos, a garantia do acesso das mulheres aos meios de comunicação e o investimento financeiro nas campanhas femininas. “Mas para avançar na direção da distribuição equitativa da representação parlamentar temos que mudar o modelo de financiamento de campanhas”.

A secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Rosali Scalabrin, defendeu o fortalecimento da formação para mulheres candidatas e a articulação da sociedade civil com o poder público para a produção de materiais formativos.

Luiz Felipe destacou ainda que as políticas de formação às candidatas mulheres não podem ser só a mimetização do fazer político masculino para que elas reproduzam a mesma dinâmica atual. E mencionou também a importância de aliar a demanda pela inclusão de mais mulheres na política à mobilização de outros grupos marginalizados (as camadas sociais menos favorecidas, indígenas, negros, pessoas trans etc).

Formar as mulheres e empoderá-las para a disputa



Mesa de encerramento do Painel Pequim+20: Mais Mulheres na Política
(fotos: Luciana Araújo)

Durante a mesa que debateu os desafios para a inclusão e permanência das mulheres na disputa eleitoral, todas as palestrantes também foram unânimes em apontar os bloqueios que as mulheres enfrentam dentro das estruturas partidárias para disputar representações nos espaços de poder.

Falta de informação sobre a legislação eleitoral e o funcionamento das máquinas de campanha, alijamento das decisões durante a campanha e desconhecimento sobre debates e decisões tomadas pelos dirigentes partidários e sobre as perspectivas pós-eleitorais, e a decorrente insegurança sobre as possibilidades de conduzir um mandato diante das dificuldades inerentes a esse lugar institucional foram alguns elementos destacados por Fátima Pacheco Jordão. Socióloga e especialista em pesquisas de opinião, Fátima já coordenou quase duas dezenas de campanhas políticas a cargos majoritários, dentre estas as de cinco mulheres.

A antropóloga Rachel Rua, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo, apresentou dados de outro estudo realizado pelo Instituto Patrícia Galvão, uma pesquisa qualitativa com mulheres candidatas a vereadoras. A pesquisadora destacou que as mulheres são chamadas em cima da hora para serem candidatas

a fim de cumprir a cota legal. “Elas sabem que entraram para cumprir tabela e que são tratadas pelo partido como figurantes no jogo eleitoral; mas verificamos também que havia expectativa de reverter essa situação.”.

Clara Araújo (coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) acrescentou como fatores determinantes à desigualdade de gênero na representação política os arranjos partidários. O domínio do poder econômico evidenciado pela forte associação entre eleição e custos de campanha, o fato de que os homens arrecadam mais e, em decorrência, a tendência das mulheres a terem maior dificuldade para se eleger e, em especial, para se reelegerem. “O instituto da reeleição é uma privatização do espaço público”.

A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e socióloga Albertina Costa destacou que “os dados das pesquisas realizadas pelo Instituto Patrícia Galvão e os trazidos ao debate mostram que a sociedade brasileira está mais moderna e democratizada que o *establishment* político, que ainda rechaça mudanças, embora estas mudanças comprovadamente pudessem trazer resultados no desenvolvimento social”.

A diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, ressaltou no encerramento do evento que, “enquanto sociedade civil organizada, temos que travar uma luta forte com os partidos. No Brasil os partidos políticos são muito lentos, e nós discutimos muito o déficit de mulheres na política, mas incidimos muito pouco sobre os partidos, seja com ações concretas, seja nos espaços de opinião pública”. Nessa direção, Jacira enfatizou que é preciso interpelar os partidos para que promovam mudanças efetivas. “É preciso cobrar dessas instituições, bem como das centrais sindicais, que são também espaços muito importantes de formação e visibilidade para atuação na política institucional. Esse não é o único caminho, mas temos que percorrê-lo”, destacou Jacira Melo, falando também sobre a importância de dar continuidade aos debates travados no evento.

Carole Pateman: “Quanto vale a cidadania das mulheres?”



Um dos pontos altos do evento foi a conferência da professora Carole Pateman. Premiada autora feminista e professora emérita na UCLA e honorária na Universidade Cardiff, no Reino Unido, Carole é reconhecida internacionalmente por seus estudos no campo da Teoria Democrática. Durante a conferência, a pesquisadora destacou vários índices sociais que reafirmam a desigualdade de gênero nos países pobres, em desenvolvimento e também nas nações ricas. Lembrou o recente caso da ex-ministra italiana do Interior, que em 2013 e 2014 foi diversas vezes agredida por membros do parlamento daquele país e nas redes sociais, chamada de “macaca”, ministra “de cor”, entre outros insultos. A médica oftalmologista congoleza agora integra o Parlamento Europeu. Em pleno século 21, “vimos episódios ultrajantes racistas e pela sua condição de mulher”, lembrou Pateman.

A professora lembrou também o artigo lançado na década de 1990 pelo economista indiano e detentor do Prêmio Nobel, Amartya Sen, sob o título “[100 milhões de mulheres faltando](#)”. No ensaio o economista questiona o machismo existente em países asiáticos, onde o nascimento de filhos homens ainda é privilegiado pelas famílias, e que esse seria o déficit populacional feminino gerado por políticas de incentivo estatal à interrupção de gestações de meninas. Essa política vem se disseminando também em países do [Leste Europeu](#).

Pateman ressaltou que as vozes das mulheres “não são ouvidas com a mesma autoridade que a dos homens. Muito disso indica que não somos vistas como tendo o mesmo valor, até mesmo nos países ricos e ditos democráticos”. Os estupros como arma de guerra, as discriminações institucionais contra a educação e o direito ao trabalho, o tardio reconhecimento dos direitos humanos das mulheres também foram mencionados. “Quanto vale a cidadania das mulheres quando elas são deixadas para trás dessa forma?”.

“E onde está a indignação popular frente a essa realidade? Nenhum estado de emergência foi declarado, nenhuma ‘guerra ao terror’ foi decretada frente à extensão da violência contra as mulheres. Isso é um indicador da falta de interesse pela situação delas”, alfinetou.

Para Carole, será difícil melhorar os índices de representação feminina nos parlamentos enquanto não houver melhoria dos demais indicadores sociais que definem a participação de mulheres na vida pública, como garantia de educação, direito ao trabalho, oferta de creches etc.